

## Funai, com novo estatuto, atribui função a Estados

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O novo Estatuto da Funai, que visa basicamente a transferir para o âmbito dos Estados maior responsabilidade no trabalho junto às comunidades indígenas, foi assinado em Brasília, pelo presidente Figueiredo, e anunciado pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, durante as comemorações do Dia do Índio. O presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, afirmou na ocasião que a descentralização, contrariando as críticas que foram feitas ao projeto por indigenistas — que temem um esvaziamento da Funai e conseqüentemente do apoio federal às comunidades índias — só beneficiará os índios, despertando para a causa deles outros setores da sociedade.

O ministro Andreazza ressaltou que a descentralização visa a diminuir as distâncias porventura existentes entre o órgão tutelar e o índio, dotando as unidades regionais de meios e instrumentos capazes de propiciar o desenvolvimento de uma ação indigenista mais rigorosa e imediata. Fica reservado ao órgão central o estabelecimento das diretrizes e a garantia do cumprimento da política indigenista, através das funções de planejamento, coordenação e controle.

Andreazza reafirmou também que seu Ministério dará total prioridade à demarcação das terras indígenas, tendo em 1980 o governo destinado 252 milhões de cruzeiros a este trabalho, valor que corresponde a um incremento de cerca de 500 por cento em comparação com os recursos disponíveis em 1979.

O novo Estatuto da Funai reafirma os pontos básicos da política indigenista que vinha

sendo aplicada e estabelece modificações substanciais na estrutura da fundação. Os diversos departamentos existentes desaparecerão, dando lugar a uma estrutura básica que prevê, além da presidência, a existência de dois órgãos colegiados — o conselho indigenista e o conselho fiscal — e os órgãos de assessoramento direto do presidente, um órgão central de coordenação e controle, uma diretoria executiva e os órgãos executivos regionais.

Estes órgãos regionais, que constituem a grande inovação contida na portaria, serão descentralizados. Terão como finalidade planejar, organizar, dirigir, orientar e coordenar a execução das atividades de assistência ao índio em suas respectivas áreas de jurisdição. Está prevista a criação dos conselhos indigenistas regionais, com o objetivo de fornecer subsídios para o desenvolvimento da política indigenista a nível regional, bem como promover a articulação da administração regional com as autoridades municipais, estaduais e regionais.

O presidente da Funai, Nobre da Veiga, garantiu que não acredita na manipulação desses órgãos regionais por lideranças locais. Esta interferência, de acordo com as críticas feitas ao novo estatuto, deixaria as populações indígenas em situação bastante vulnerável. Isto porque, em algumas regiões como Mato Grosso e Roraima, as lideranças políticas locais estariam desenvolvendo um trabalho sistemático contra os índios.

“É preciso que fique claro — afirmou o coronel — que a Funai em Brasília continuará ditando as diretrizes da política indigenista, não permitindo qualquer tipo de atitude por parte dos órgãos estaduais que venha a prejudicar o índio.”

## Tribo é reconhecida

Do correspondente em  
MACEIÓ

A Fundação Nacional do Índio anunciou ontem em Maceió que existe um aldeamento de 425 índios no município alagoano de Joaquim Gomes, a 81 quilômetros da capital. É a mais nova tribo de Alagoas, provavelmente descendentes dos caetés, que a Funai passou a chamar de índios do Wassu. A informação é do professor Clóvis Antunes, que teve parecer para o reconhecimento da tribo aceito pela fundação.

A localização da aldeia indígena, que fica à margem da

BR-101, já traz um primeiro problema: os índios, de pele escura e nariz achatado, enfrentam sérios problemas com os grileiros, que lhes tomaram quase toda a terra herdada dos antepassados. Chamados atualmente de caboclos, os índios wassu trabalham agora para os fazendeiros, inclusive grileiros.

O contato para a descoberta da aldeia foi iniciado pelo professor Clóvis Antunes, prosseguindo depois com o Movimento de Educação de Base — MEB — que levantou toda a situação. Antunes dirigiu carta à Funai, contou toda a história e pediu o reconhecimento.